

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
SISTEMA NACIONAL
DE INDICADORES DE
GÉNERO**



DEZEMBRO 2019



ÍNDICE

Lista de abreviaturas e siglas.....	3
Contextualização.....	4
Desenho conceptual.....	6
Justificativa.....	6
Objectivos.....	7
Geral.....	7
Específicos.....	7
Estrutura do SNIG.....	9
Instituições provedoras de dados para o SNIG.....	10
Fases para a implementação do SNIG.....	11
1ª fase: Constituição da equipa instaladora.....	11
2ª fase: Seleção e priorização de estatísticas e indicadores.....	12
3ª fase: Apresentação e validação do SNIG	13
Conclusões.....	15
Bibliografia.....	16
Anexo: Matriz de indicadores.....	17



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW - Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres;

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa;

DNIEG - Direcção Nacional para a Igualdade e Equidade de Género;

INE - Instituto Nacional de Estatística;

MISFAMU – Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;

ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

ODINES – Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística;

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis;

ONU - Organização das Nações Unidas;

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017;

PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022;

SNIG – Sistema Nacional de Indicadores de Género;

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher;

CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme demonstram alguns estudos¹, existe, em Angola, algumas debilidades no que diz respeito à produção estatística, apesar do esforço feito, nos últimos anos, para superar quer determinados problemas estruturais, quer a quantidade limitada de recursos técnicos devidamente capacitados quer as necessidades financeiras para o seu desenvolvimento. Esta situação reflete-se nas limitações da oferta de dados estatísticos que possam traduzir a realidade nacional, em toda a sua complexidade, assim como o efeito das políticas públicas no país.

Esta questão torna-se ainda mais notória no que refere a incorporar o enfoque de género nas estatísticas do país, dado que existem algumas lacunas na recolha, tratamento e divulgação de informação baseada em indicadores de género, principalmente por parte dos Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística (ODINES).

A importância da integração da perspectiva do género reflecte-se de forma prática, ao constituir um instrumento para compreender melhor as causas das desigualdades entre mulheres e homens nas sociedades atuais e propor, assim, estratégias adequadas para as solucionar. O objectivo é conseguir a igualdade entre mulheres e homens, mas isto não pressupõe um antagonismo entre os dois, em que um, os homens, “cedem” terreno às mulheres, nem se resolve com um simples “acrescentar” mulheres em determinadas áreas. A questão é combater as estruturas sociais, instituições, valores e crenças que criam e perpetuam o desequilíbrio entre mulheres e homens. “A igualdade de participação das mulheres e homens em todos os aspectos da sociedade é essencial para

¹ Confr. Relatório Analítico de Género; Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2015), Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;



um crescimento duradouro e para a democracia e simboliza igualmente um nível de maturidade política da sociedade”².

A integração da perspectiva do género começa com uma análise da situação quotidiana das mulheres e dos homens, tornando visíveis as suas necessidades e problemas diferentes e garantindo assim que as políticas e as práticas não se baseiem em hipóteses erradas e em estereótipos, adaptando-se a cada um, com as suas próprias especificidades.

Apesar dos avanços significativos que foram feitos em Angola no que concerne às questões de género, principalmente nos dados sensíveis ao género, ainda prevalecem dificuldades na apresentação adequada e na unificação da informação disponível, necessário para permitir uma análise integral sobre as desigualdades de género. Essas lacunas reflectem-se na escassa incorporação da perspectiva de género na formulação de políticas públicas, que implica assumir que estas afectam por igual as pessoas, independentemente do seu sexo, assim como na limitada capacidade para quantificar, qualificar e verificar os avanços e retrocessos nas diversas metas estabelecidas nos planos, políticas, programas e compromissos internacionais que buscam potenciar a igualdade entre homens e mulheres em Angola.

Nesse sentido, importa referir o ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, em particular a meta 17.18, referente a Dados, monitoramento e prestação de contas: “reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atualizados e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia,

² In, Comissão Europeia, (2004) Guia Equal sobre a integração da perspectiva do Género, Coleção saber fazer;



status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.”³

O Sistema Nacional de Indicadores de Género serve como um instrumento essencial que irá permitir ao Governo de Angola prestar contas no que diz respeito à igualdade e equidade de género no país.

DESENHO CONCEPTUAL

Em termos conceptuais, o Sistema Nacional de Indicadores de Género (SNIG) apresenta-se como um instrumento de fornecimento de informação sobre a situação e as previsões de mudança das desigualdades entre mulheres e homens nos mais diversos âmbitos.

O SNIG organizará a informação disponível das principais fontes de informação estatística do país, por forma a que se crie um marco de referência que permita identificar brechas, analisar temporal e geograficamente os avanços e/ou retrocessos, e medir como a igualdade entre mulheres e homens está a ser alcançada, em função do estabelecido no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PDN), assim como nos compromissos assumidos, a nível nacional e internacional. O SNIG terá, como fim último, fornecer informação adequada que oriente o desenho e implementação das políticas públicas para a superação das desigualdades de género.

Nesse sentido, compilaram-se indicadores que se consideraram essenciais para permitir a correta visualização da situação de discriminação e brechas de desigualdade de género em diversas áreas estratégicas essenciais para a concretização da igualdade entre mulheres e homens. Como ponto de partida para a formulação deste SNIG estão o PDN

³ In ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. <https://sustainabledevelopment.un.org> 41



e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis, os mesmos instrumentos que sustentam os planos e as acções das instituições produtoras de estatísticas no país.

JUSTIFICATIVA

Diversos compromissos e tratados internacionais de promoção da igualdade e dos direitos humanos das mulheres exortaram os Governos a relevar a produção e fortalecimento dos sistemas de estatística nacionais, por forma a assegurar a disponibilização de informação que permita identificar os problemas de desigualdade de género e as questões relativas a mulheres e também a homens nas diferentes áreas da sociedade.

Tendo em conta as recomendações internacionais, o SNIG torna-se num importante instrumento que permitirá:

- 1) Evidenciar que as funções sociais, culturais, religiosas, familiares, entres outras, atribuídas a homens e mulheres na sociedade afectam de modo diferente uns e outros, e geralmente contribuem para a desvantagem da mulher.
- 2) Identificar as desigualdades de géneros em distintas esferas da vida de mulheres e homens;
- 3) Gerar consciência sobre as situações de desigualdade tanto na sociedade civil como, até, nas distintas instituições do Estado;
- 4) Orientar e contribuir para a concepção da elaboração de políticas públicas, com o objectivo de que estas contribuam em todos os campos, por forma a diminuir as desigualdades existentes.

OBJECTIVOS

✓ Geral

- Recolher, processar, analisar, apresentar e difundir informação quantitativa relevante sobre as desigualdades de género em Angola, por



forma a se poder analisar a situação e as mudanças temporais da condição e posição de mulheres e homens em todas as áreas e das situações de relações de género dentro da sociedade angolana.

✓ **Específicos**

- Facilitar um marco consensualizado de indicadores de interesse para o conjunto de intervenientes públicos, privados e da sociedade civil, que sirvam de referência para poder caracterizar a realidade angolana no que diz respeito à igualdade, à luz das leis e normas nacionais e internacionais sobre a matéria.
- Orientar a concepção e implementação das políticas públicas que contribuam para a superação das desigualdades entre mulheres e homens, através da criação e difusão de informações periódicas sobre a situação de discriminação e desigualdades de género.

ESTRUTURA DO SNIG

Importa referir que o SNIG estruturou-se tendo como ponto de partida a autonomia das mulheres, em termos físicos, económicos e políticos.

Foi nessa base que, tendo em conta a realidade angolana, se compilaram 106 indicadores, agrupados em sete grandes eixos :a) Demografia (16 indicadores); b) Educação (30 indicadores); c) Saúde (18 indicadores); d) Participação das mulheres na política (13 indicadores); e) Autonomia económica (13 indicadores); f) Direito aos cuidados e vida livre da violência (16 indicadores); g) Habitação condigna (8 indicadores)⁴.

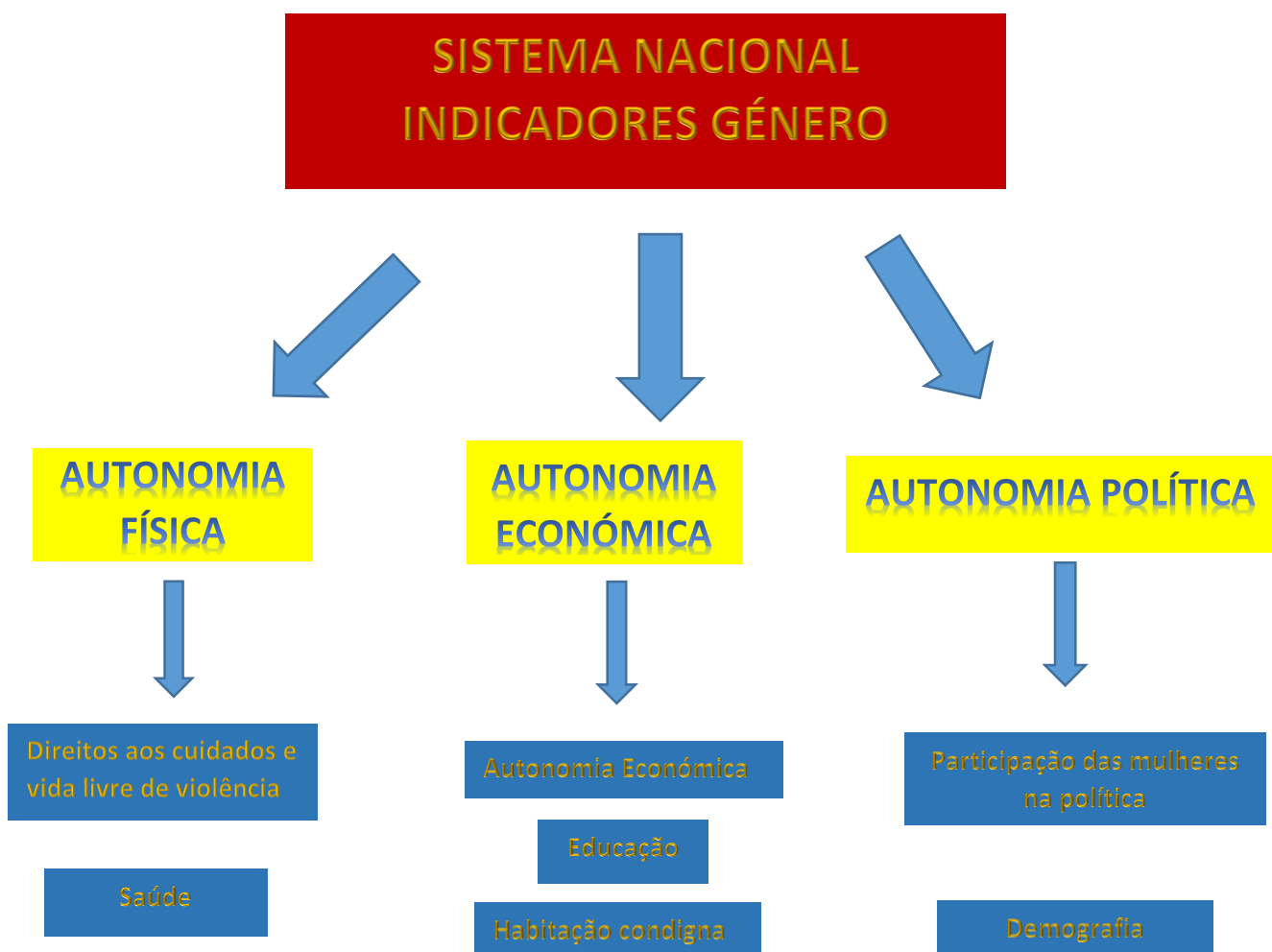


Figura 1: Estrutura do SNIG (elaborado pela autora)

⁴ Vide em anexo a Matriz de Indicadores proposta



INSTITUIÇÕES PROVEDORAS DE DADOS PARA O SNIG

A República de Angola possui já uma estrutura montada no que se refere aos dados estatísticos. Com a superintendência do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), instituíram-se, por decreto presidencial, os Órgãos Delegados do INE (ODINES), sendo neste momento 11, estabelecendo-se a interligação através dos Gabinetes de Estudos e Produção Estatística (GEPE) dos seguintes Ministérios: i) Administração Pública, Trabalho e Segurança Social; ii) Agricultura e Florestas; iii) Acção Social, Família e Promoção da Mulher; iv) Educação; v) Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação; vi) Turismo; vii) justiça e Direitos Humanos; viii) Saúde; ix) Pescas e Mar; x) Recursos Minerais e Petróleos; XI) Transportes.

Em complementaridade existem ainda as figuras dos Pontos Focais nestes Ministérios e outras instituições, que funcionam como interlocutores oficiais, nas suas organizações, garantindo o adequado fluxo de informação, referente ao género, entre si. São ainda peças fundamentais nas actividades desenvolvidas nesta temática, ao veicularem a transversalidade das questões de género nas instâncias superiores, influenciando as políticas públicas nos seus locais de trabalho.

Por outro lado, importa destacar a relevância dos dados administrativos, pela quantidade de informação que são capazes de compilar, não só devido ao grande volume de dados, como pela grande variedade que manejam. Em muitas ocasiões elaboram-se estatísticas tendo como base estes dados. Em todos os países se fazem registos médicos, de contratos de diversa índole, nascimentos, casamentos, existem registos policiais, pedidos de empréstimos, registos de entradas em estabelecimentos escolares, entre tantas outras informações usadas na administração pública e privada por forma a se controlar os actos administrativos.



Nesse sentido, é indicado promover uma sensibilização das entidades que, sendo recolectoras de dados administrativos, possam contribuir para a produção de dados estatísticos ilustrativos da realidade angolana.

FASES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SNIG

1ª Fase: Constituição da equipa instaladora

Por forma a materializar o SNIG, é necessário determinar quais serão os principais intervenientes neste processo. Pelas suas atribuições, sugere-se que o MISFAMU, através do DNIEG assuma a responsabilidade de implementar este sistema, através da liderança de uma equipa instaladora do SNIG.

Dessa equipa, faria ainda parte o INE, com funções de monitoramento primeiro, da implementação do SNIG e, depois, do seu cumprimento. Seria ainda desejável que apoiasse ainda ao nível do apoio técnico e formativo, principalmente dos pontos focais e equipas dos GEPES dos ODINES, que seriam as responsáveis pela recolha, tratamento e difusão dos dados estatísticos com enfoque no género.

A constituição de uma equipa interministerial, noutra fase, formada pelos já identificados pontos focais, serviria para fornecer as informações pretendidas, mas também monitorizarem, junto de cada ODINE, a implementação do SNIG, complementando o trabalho do INE.

Seria importante que, desta equipa instaladora do SNIG fizesse parte um representante do Gabinete presidencial, o que se traduziria num sinal claro do compromisso do executivo perante este sistema, sendo uma garantia acrescida pelo seu cumprimento. Relevante ainda seria a participação do Grupo de Mulheres Parlamentares, mais um aliado do sistema executivo e legislativo que, através do *advocacy*, pode exercer um papel importante para a implementação do SNIG.

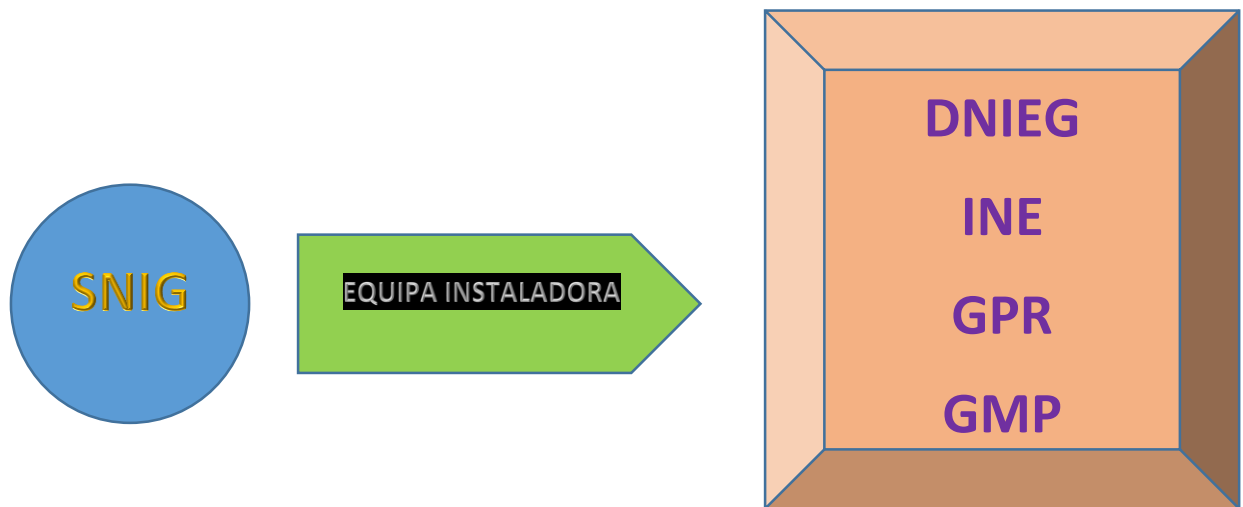


Figura 2: estrutura do SNIG (elaborado pela autora)

2ª Fase: Seleção e priorização de estatísticas e indicadores

Tal como foi referido anteriormente, a proposta de indicadores organizou-se em torno de sete eixos temáticos que se consideraram pertinentes para a aplicação quer do PDN, quer dos ODS.

Ponderadas foram ainda os principais critérios desejáveis para um indicador: 1) Utilidade; 2) Validade; 3) Confiabilidade; 4) Disponibilidade; 5) Simplicidade; 6) Clareza; 7) Sensibilidade; 8) Desagregação; 9) Economicidade; 10) Estabilidade; 11) Rastreabilidade.

Contudo, importa ainda, tendo em conta os parceiros necessários para a obtenção da informação, que o processo de escolha de indicadores considere os seguintes aspectos:

Publicidade: os indicadores devem ser públicos, isto é, conhecidos e acessíveis a todos os níveis da instituição, bem como à sociedade e aos demais interessados da administração pública.

Temporalidade: a identificação dos indicadores deve considerar algumas questões temporais. Em primeiro lugar, o momento em que deve começar a medição;



em segundo lugar, a disponibilidade de obtenção quando os diferentes resultados começarem a acontecer; e, em terceiro lugar, a possibilidade de que, por meio dessas medidas, seja possível realizar um acompanhamento periódico de desempenho.

Factibilidade: os dados necessários para as medições são constituídos de informações que fazem parte dos processos de gestão das instituições, sendo obtidos através de instrumentos de colecta, seja por amostra ou censo, estatísticas, aplicação de questionários, observação, entre outros, dependendo do aspecto a ser medido. Há que garantir que a medição seja viável, em momentos adequados e com a periodicidade que equilibre as necessidades de informação com os recursos técnicos e financeiros disponíveis.

Daí a importância da fase seguinte, que pressupõe a validação dos indicadores e a apropriação do SNIG por parte dos principais actores do SNIG, os produtores de dados estatísticos.

3ª Fase: Apresentação e validação do SNIG

Para que se faça a devida apropriação do sistema por parte das entidades produtoras de dados estatísticos, é importante que as mesmas sejam integradas no processo. Nesse sentido, seria necessário promover encontros com os principais interessados, por forma a explicar o SNIG e os seus objectivos, mas também para que validem o próprio SNIG, contribuindo com recomendações sobre os indicadores, principalmente no que diz respeito à sua recolha.

Isto porque se torna necessário verificar que as informações recolhidas pelos indicadores devem atender às necessidades dos decisores, com vista à ampliação da capacidade do Estado para cumprir com os seus objectivos. Há que ponderar ainda a disponibilidade da informação, o custo da coleta e do tratamento dessas informações, e ninguém melhor do que os ODINES para opinarem sobre isso.

Apesar da importância dos principais intervenientes neste processo, é ainda necessário compreender que os indicadores podem servir não apenas para o ciclo de gestão das



políticas públicas, mas podem também servir para suprir outros órgãos dentro e fora da Administração: os envolvidos em temas transversais, os administradores da agenda prioritária do Governo, o público-alvo das políticas, outros Poderes, as instituições privadas e do terceiro setor, os órgãos de controle, por exemplo. Assim, cabe avaliar como os indicadores validados poderiam ser aplicados por esses actores e quais seriam seus efeitos.

O grupo, reunido, poderia ainda trabalhar por forma a decidir-se quando entraria em vigor o SNIG, tratando dos próximos passos logísticos e, executivos e legislativos para implementar o mesmo.

O engajamento dos parceiros ainda antes da implementação do SNIG permite que os mesmos possam começar a promover a desagregação, por sexo, das informações existentes em diferentes fontes, assim como começarem a elaborar diagnósticos setoriais, bem como organizar seminários setoriais entre produtores e utilizadores de indicadores de género, podendo, até, começar, através do reprocessamento de dados, criarem bancos de dados com o enfoque de género.

Seria interessante que a validação dos indicadores fosse ainda uma oportunidade para, em conjunto, as partes interessadas contruírem uma ficha detalhada para cada um dos indicadores, onde se incluiria: a) o eixo do indicador; b) o sub-eixo; c) a descrição/interpretação do indicador; objectivo do indicador; d) as variáveis; e) as fórmulas de cálculo; f) o nível de desagregação; g) cobertura geográfica; h) unidade de medida; i) período de referência sugerido; j) periodicidade da informação; l) fonte da informação; m) instituição responsável.



CONCLUSÕES

A implementação de um SNIG em Angola resulta de vários imperativos nacionais e internacionais, mas também traduz, na prática, a necessidade em uniformizar, organizar e valorizar o que já começa a ser feito no país em matéria de género.

Vários ODINES têm na sua recolha de dados enfoque no género, tal como o INE, o que leva a acreditar que as lacunas apresentadas em alguns sectores só teriam a ganhar com a implementação do SNIG, que iria permitir monitorizar os seus avanços, mas também os desafios decorrentes da acção quotidiana de recolhe, tratamento e divulgação de dados estatísticos. Em termos internacionais, a apresentação de dados estatísticos, principalmente no que diz respeito ao género, iria sentir um avanço significativo, contribuindo para o aumento de credibilidade do país, na área internacional.

Em termos práticos, seria importante envolver mais os sectores na própria implementação do SNIG, considerando-o como um instrumento pelo qual se responsabilizam, principalmente pela sua utilidade nacional, e não apenas como ferramenta específica de um sector.



BIBLIOGRAFIA

Comissão Europeia, (2004) Guia Equal sobre a integração da perspectiva do Género, Coleção saber fazer;

INE (2018), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Relatório de Indicadores de Linha de Base - Agenda 2030;

INE, (2016), Resultados Definitivos - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014;

Ministério da Família e Promoção da Mulher, (2017) Relatório Analítico de Género;

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, (2018), Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022;

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2015), Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

In ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. <https://sustainabledevelopment.un.org> 41

República de Angola, (2015), Relatório da participação da República de Angola na 59ª Sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher. Nova Iorque;

República de Angola, Assembleia Constituinte, (2010), Constituição da República de Angola;

República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. 2012. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017;

ANEXO – MATRIZ DE INDICADORES

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
1) DEMOGRAFIA	1.1 População	1. População total por sexo segundo idade	INE; MASFAMU; MINSA	
		2. Percentagem de mulheres e homens segundo idade	INE; MASFAMU; MINSA	
		3. Índice de feminilidade segundo idade	INE; MASFAMU; MINSA	
		4. Esperança de vida ao nascer por sexo	INE; MASFAMU; MINSA	
		5. Índice de feminilidade segundo área (urbano/rural)	INE; MASFAMU; MINSA	
	1.2 Natalidade	6. Taxa global de fecundidade	INE; MASFAMU; MINSA	
		7. Taxa específica de fecundidade segundo idade	INE; MASFAMU; MINSA	
		8. Taxa específica de fecundidade por nível de formação e distribuição geográfica	INE; MASFAMU; MINSA	
		9. Taxa de fecundidade adolescente		
	1.3 Mortalidade	10. Taxa global de mortalidade por sexo	INE; MASFAMU; MINSA	ODS1
		11. Taxa de causa da mortalidade por sexo	INE; MASFAMU; MINSA	ODS1
	1.4 Pessoas com Deficiência	12. Taxa global de pessoas com deficiência, por sexo	INE; MASFAMU; MINSA	ODS 1

		13.Taxa de pessoas com deficiência por sexo e tipo de deficiência		
	1.5 Agregados familiares	14.Distribuição de agregados familiares conforme a chefia (M/F) e a distribuição geográfica	INE; MASFAMU; MINSA	
		15.Distribuição de agregados familiares conforme a chefia e o tipo de agregado (monoparental, alargada, etc.)	INE; MASFAMU; MINSA	
		16.Distribuição de agregados familiares conforme a chefia e a respectiva idade	INE; MASFAMU; MINSA	
Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
2) EDUCAÇÃO	2.1 Analfabetismo	1. Taxa de analfabetismo da população maior de 10 anos por sexo e idade	MED, MESCTI, INE.	ODS4
	2.2 Nível de ensino da população	2. Média de anos de estudos completos por grupos de idade, sexo e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		3. Total da população matriculada segundo nível educativo e tipo de centro educativo, por sexo	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		4.Total de professores por nível educativo, por sexo	MED, MESCTI, INE.	ODS4
	2.3 Educação pré-escolar	5. Total do público-alvo matriculado em instituições de ensino pré-escolar, por sexo	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		6. Quantidade de estabelecimentos de ensino pré-escolar, por distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
	2.4 Educação básica	7.Taxa de matrículas no ensino básico, por sexo, grau de ensino e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		8.Taxa de aprovações, por sexo, grau de ensino e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		9. Taxa de reprovações, por sexo, graus de ensino e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4

		10. Total de professores, por grau de ensino, por sexo e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
	2.5 Educação secundária	11. Taxa de matrículas no ensino secundário, por sexo e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		12. Taxa de aprovações, por sexo e graus de ensino e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		13. Taxa de reprovações, por sexo e graus de ensino e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		14. Total de professores, por grau de ensino, por sexo e distribuição geográfica		
2) EDUCAÇÃO (cont)	2.6 Educação Superior	15. Taxa de matrículas no ensino superior, por sexo e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		16. Distribuição percentual da população estudantil, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		17. Distribuição percentual da população graduada, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		18. Total de população com mestrado, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		19. Total de população com doutoramento, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		20. Total de população com pós-doutoramento, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		21. Total de docentes no ensino superior, por sexo e área de formação	MED, MESCTI, INE.	ODS4
	2.7 Pessoas com deficiência	22. Total de alunos com deficiência matriculados no ensino básico, por sexo e tipo de deficiência	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		23. Total de alunos com deficiência matriculados no ensino secundário, por sexo e tipo de deficiência	MED, MESCTI, INE.	ODS4

		24. Total de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, por sexo e tipo de deficiência	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		25. Total de professores com deficiência, por sexo, grau de ensino e tipo de deficiência		
	2.8 Literacia digital	26. Total da população com acesso a computadores no lar, por sexo, distribuição geográfica e grau de ensino	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		27. Total da população com acesso a computadores no estabelecimento de ensino, por sexo, distribuição geográfica e grau de ensino	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		28. Total da população com acesso à internet no lar, por sexo, distribuição geográfica e grau de ensino	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		29. Total da população com acesso à internet no estabelecimento de ensino, por sexo, distribuição geográfica e grau de ensino	MED, MESCTI, INE.	ODS4
		30. Total da população com acesso a telemóvel, por sexo e distribuição geográfica	MED, MESCTI, INE.	ODS4

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
	3.1 Saúde materna	1. Taxa de mortalidade materna, por distribuição geográfica	MINSA	ODS3 (3.1)
		2. Distribuição das causas de mortes maternas, por distribuição geográfica	MINSA	ODS3 (3.1)
		3. Taxa de partos institucionais, por distribuição geográfica	MINSA	ODS3 (3.2)

3) SAÚDE		4. Percentagem de partos por cesariana, por distribuição geográfica	MINSA	ODS3
		5. Percentagem de gravidez precoce, por distribuição geográfica, nível de formação e situação socioeconómica	MINSA	ODS3
		6. Taxa de abortos, por distribuição geográfica		
		7. Taxa de nado-mortos, por distribuição geográfica		
		8. Percentagem de parturientes que realizaram cuidados pré-natais, por distribuição geográfica, nível de formação e situação socioeconómica		
		9. Percentagem de partos assistidos por pessoal qualificado, por distribuição geográfica		
	3.2 Saúde sexual e reprodutiva	10. Taxa de citologias realizadas, por distribuição geográfica	MINSA	ODS3
		11. Percentagem de casos de HIV-SIDA, por sexo, distribuição geográfica	MINSA	ODS3
		12. Percentagem de infectados com HIV-SIDA com acesso a tratamento, por sexo e distribuição geográfica		
		13. Percentagem de mulheres que usam regularmente métodos contraceptivos, por idade, nível de ensino, situação socioeconómica e distribuição geográfica	MINSA	ODS3
		14. Total de consultas, pela 1ª vez, de Doenças Sexualmente Transmitidas, por sexo, idade e distribuição geográfica		

	3.3 Causas da Mortalidade	15. Taxa de mortalidade causada por cancro da mama, por idade, distribuição geográfica e situação socioeconómica	MINSA	ODS3
		16. Taxa de mortalidade causada por cancro do útero, por idade, distribuição geográfica e situação socioeconómica	MINSA	ODS3
		17. Taxa de mortalidade causada por cancro da próstata, por idade, distribuição geográfica e situação socioeconómica		
		18. Taxa de suicídio, por sexo, idade, distribuição geográfica		

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
4) PARTICIPAÇÃO DAS	4.1 Participação de mulheres em órgãos executivos	1. Percentagem de mulheres no elenco governamental	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		2. Percentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		3. Percentagem de mulheres em cargos de chefia em Institutos públicos autónomos	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		4. Percentagem de mulheres embaixadoras	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		5. Percentagem de mulheres cónsules	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
	4.2 Participação de mulheres em órgão legislativo	6. Percentagem de mulheres deputadas	INE; MASFAMU;	
		7. Percentagem de mulheres juízas	INE; MASFAMU;	

MULHERES NA POLÍTICA	4.3 Participação de mulheres em órgãos judiciais	8. Percentagem de mulheres magistradas	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
	4.4 Participação das mulheres no poder local	9. Percentagem de mulheres governadoras provinciais	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		10. Percentagem de mulheres vice-governadoras provinciais	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		11. Percentagem de mulheres em órgãos administrativos locais	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
	4.5 Exercício de direitos políticos	12. Percentagem de mulheres recenseadas, por distribuição geográfica, nível de instrução e situação socioeconómica	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)
		13. Percentagem de mulheres votantes nas eleições, por distribuição geográfica, nível de instrução e situação socioeconómica	INE; MASFAMU;	ODS 5 (5.5)

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
	5.1. Emprego	1. Taxa da população activa, por sexo, idade e distribuição geográfica	INE; MASFAMU;	ODS8
		2. Distribuição da população ocupada, segundo ocupação profissional e por sexo	INE; MASFAMU;	ODS8
		3. Distribuição da população ocupada, segundo sector de ocupação e por sexo	INE; MASFAMU;	ODS8

5) AUTONOMIA ECONÓMICA		4. Distribuição percentual de empregados na função pública, por sexo, idade e nível de ensino	INE; MASFAMU;	ODS8
		5. Distribuição percentual de empregados na função pública, por sexo, idade, nível de ensino e vencimento	INE; MASFAMU;	ODS8
		6. Distribuição percentual de trabalhadores por conta própria, por sexo, idade e nível de ensino		
		7. Distribuição percentual de trabalhadores informais, por sexo, idade e nível de ensino		
	5.2 Desemprego	8. Taxa de desempregados, por sexo, idade, nível de ensino e distribuição geográfica	INE; MASFAMU;	ODS8
	5.3 Salário	9. Diferenças salariais entre homens e mulheres	INE; MASFAMU;	ODS 8
		10. Médias de salários na Função Pública, por sexo, categoria profissional e nível de ensino	INE; MASFAMU;	ODS 8
	5.4 Acesso a activos	11. Distribuição percentual de produtores agropecuários proprietários de terra, por sexo	INE; MASFAMU;	ODS 8
		12. Distribuição percentual de proprietários de empresas, por sexo	INE; MASFAMU;	ODS 8
		13. Distribuição percentual de devedores de créditos bancários, por sexo, actividade económica e nível de ensino	INE; MASFAMU;	ODS 8
5.5 Pobreza	12. Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza internacional (vive com menos de 1,90 dólares por dia) por sexo, idade, nível de ensino e distribuição geográfica	INE; MASFAMU;	ODS 1	

		13. Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, nível de ensino e distribuição geográfica	INE; MASFAMU;	ODS 1
--	--	---	---------------	-------

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
6) DIREITO AOS	6.1 Segurança e protecção Social	1. Taxa da população inscrita na segurança social, por sexo	INE e MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 8
		2. Proporção de crianças abrangidas por regimes de protecção social, por sexo;	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1
		3. Proporção de desempregados abrangidos por regimes de protecção social, por sexo;	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	
		4. Proporção de idosos abrangidos por regimes de protecção social, por sexo	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1
		5. Proporção de população com deficiência abrangidos por regimes de protecção social, por sexo;		

CUIDADOS E VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA		6. Proporção de mulheres grávidas abrangidas por regimes de protecção social, por sexo;		
		7. Proporção de pessoas que sofreram acidentes de trabalho abrangidas por regimes de protecção social, por sexo		
		8. Proporção de pessoas vulneráveis abrangidas por regimes de protecção, por sexo.	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1
	6.2 Uso do Tempo	9.Tempo total de trabalho, por sexo	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1; ODS 5
		10.Taxa de participação em actividades domésticas, por tipo de actividade e sexo	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1; ODS 5
	6.3 Cuidados	11.Percentagem de pessoas que se consideram cuidadoras, por sexo e idade	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1; ODS 5
		12.Percentagem de tempo associado a prestação de cuidados, por dia, por sexo	MAPTESS, MINFIN e MASFAMU	ODS 1; ODS 5
	6.4 Violência	13. Proporção de mulheres e raparigas de 15 ou mais anos de idade que sofreram violência física, sexual ou psicológica pelo cônjuge/parceiro actual/anterior nos últimos 12 meses Proporção de mulheres e raparigas de 15 ou mais anos de idade que sofreram violência física, sexual ou psicológica pelo cônjuge/parceiro actual/anterior nos últimos 12 meses	INE; MASFAMU; MINSA	ODS 5 (5.1;5.2)
		14. Proporção de mulheres e raparigas de 15 ou mais anos submetidas a violência sexual por pessoas que não sejam cônjuges/parceiros nos 12 meses		ODS 5 (5.2)
		15 .Proporção de mulheres de 20-24 anos de idade que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos		ODS 5 (5.2)

		16. Proporção de raparigas e mulheres entre os 15 -49 anos de idade que sofreram mutilação/corte genital feminino		ODS 5 (5.2)
--	--	---	--	-------------

Eixos	Sub-eixo	Indicador	Responsável pelo indicador	ODS
	7.1 Condições habitacionais	1.Percentagem habitações com electricidade, por chefe do agregado familiar e distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 7; ODS 11
		2.Percentagem habitações com água corrente, por chefe do agregado familiar e por distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 6; ODS 11
		3.Percentagem habitações com saneamento, por chefe do agregado familiar e por distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 6;ODS 11
		4.Percentagem habitações com frigorífico, por chefe do agregado familiar e por distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 7; 11

7) HABITAÇÃO CONDIGNA		5. Percentagem habitações com casa-de-banho, por chefe do agregado familiar e por distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 11
		6. Rácio de indivíduos por habitação, por sexo, idade, distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS 11
		7. Total de habitações, por tipologias e distribuição geográficas	MINAMB; N-HABITAT	ODS 11
	7.2 Posse	8. Percentagem de mulheres proprietárias de uma habitação, por idade, nível de ensino, nível socioeconómico e distribuição geográfica	MINAMB; N-HABITAT	ODS5 (5a)